

## **DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS DA GLOBALIZAÇÃO PARA O PENSAMENTO VESTEFALIANO DENTRO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL**

**Boryana Aleksandrova**

[borjana\\_alexandrova@hotmail.com](mailto:borjana_alexandrova@hotmail.com)

Doutorada pela Universidade de Munique, 2008; Professora Assistente Sénior em Relações Internacionais na Universidade de Sófia "St. Kliment Ohridski" (Bulgária); atualmente, os seus interesses de investigação incluem: transformações históricas das estruturas estatais e internacionais, globalização, transnacionalização, teorias das relações internacionais, conflitos internacionais. Atividade académica: leciona o curso universitário Globalização e Relações Internacionais; dá seminários sobre Teoria das Relações Internacionais, Teoria da Política Externa, Teoria das Negociações Internacionais e um seminário introdutório sobre Relações Internacionais para estudantes de direito

### **Resumo**

Da perspetiva crítica do conceito de "emancipação humana", a globalização representa um desafio histórico importante para o realismo, liberalismo e marxismo. No entanto, não devem ser ignorados em nenhum debate teórico sobre globalização nas RI. Sem negligenciar as *nuances* de cada uma das três escolas de pensamento, podemos dizer que tendem a ver o mundo globalizado através das lentes da ordem Vestefaliana. Pelo contrário, estamos a assistir à (re)emergência de uma heterogeneidade espacial, funcional, e de poder que se situa além, entre, e dentro dos estados-nação da atualidade.

Podemos, em particular, atribuir as lacunas epistemológicas das três subdivisões das RI em termos de globalização no seu tratamento de cinco questões principais: *território, atores, inter-relação entre esfera pública e privada, previsibilidade e interdisciplinaridade*. Nesse sentido, o debate crítico sobre a globalização não pode e não deve ser restrito a questões conceitualizadas explicitamente sob a bandeira da "democracia nacional", "segurança nacional" ou "bem-estar nacional", mas deve urgentemente comprometer-se com as diferentes manifestações espaciais, assim como com instrumentos estatais e não estatais, públicos e privados, para encorajar a proliferação da interconectividade transnacional e da "imprevisibilidade". É nessa base que as eventuais sinergias úteis entre as três teorias convencionais, e entre elas e as correntes refletiva e construtivista dos anos 80 e 90, devem ser procuradas.

### **Palavras-chave**

Emancipação, globalização, heterogeneidade, RI, Vestefaliano, realismo, liberalismo, marxismo

### **Como citar este artigo**

Alexandrova, Borjana (2018). "Desafios epistemológicos da globalização para o pensamento vestefaliano dentro da comunidade internacional". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 9, Nº. 1, Maio-Outubro 2018. Consultado [online] data da última consulta, DOI: <https://doi.org/10.26619/1647-7251.9.1.1>

**Artigo recebido em 18 de Agosto de 2017 e aceite para publicação em 11 de Janeiro de 2018**





## **DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS DA GLOBALIZAÇÃO PARA O PENSAMENTO VESTEFALIANO DENTRO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL<sup>1</sup>**

**Boryana Aleksandrova**

### **Introdução**

Nos últimos 35 anos, a globalização tem ocupado um lugar sólido nas Relações Internacionais (por exemplo, Bigo, 2006; Buzan & Hansen, 2010; Cohen e Rai, 2000; Czempiel, 2002; Etzioni, 2002; Hardt e Negri, 2000; Held et al., 1999, Held e McGrew, 2008; Scholte, 2001; Shaw, 2000; Varwick, 2000). Neste contexto, representa um sério desafio histórico para o realismo, o liberalismo e o marxismo. Simultaneamente, essas três escolas convencionais de pensamento têm potencial para estimular a autorreflexão sobre a nossa compreensão das ordens globais através das suas antigas sistematizações teóricas dos assuntos internacionais.

Sem negligenciar as *nuances* de cada um deles, na maior parte dos casos tendem a ver o mundo através das lentes do paradigma Vestefaliano, evitando “uma imagem mais abrangente dos contornos mutáveis do mundo internacional e/ou global” (Roach cit. em Roach, 2008: xvii). Seja através da visão “dura e ‘científica’ da política do poder” (Friedman, Oskanian e Pardo, 2013: 1) do realismo, da análise da solução pacífica de conflitos entre capitais no reino do liberalismo (Dunne, 2001: 164), ou da percepção de uma “totalidade dentro da qual os estados que formam o centro dominam a periferia” (Bidet, 2007: 16) do marxismo, o sistema internacional surge predominantemente como uma multiplicidade de Estados-nação compactos responsáveis por um único território. Assim, a dicotomia histórica entre o nacional e o internacional tem sido reafirmada nas RI há já muitos anos.

Pelo contrário, nas últimas quatro décadas temos assistido à (re)emergência de uma heterogeneidade espacial, funcional, e de poder além, entre e dentro dos Estados-nação (Acuto & Curtis, 2014; Castells, 2004; Eisenstadt, 2012; Rosenau, 2003, Sassen, 2006). Os seus ambientes externos e internos têm-se transformado no processo da intensificação dos fluxos migratórios, das alterações climáticas, da convergência ou divergência política alicerçada na transnacionalidade, da emergência da opinião pública global, e da crescente percepção de insegurança entre as populações mais alargadas, etc. Uma sociedade global (Shaw, 2000) que tem estado em formação entre e dentro dos espaços dos estados devido a um complexo entrelaçamento de várias forças sociais. Os impedimentos e possibilidade de realização igualitária e satisfatória, individual e comunitária, hoje em dia permanecem pouco investigados ou subavaliados pelas três teorias de RI.

---

<sup>1</sup> A tradução deste artigo foi financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia – no âmbito do projeto do OBSERVARE com a referência UID/CPO/04155/2013, e tem como objetivo a publicação na Janus.net. Texto traduzido por Carolina Peralta.



Neste contexto, este artigo propõe uma avaliação crítica do discurso do Estado-nação nas RI. A autora crê que não podemos delinear a globalização em toda a sua complexidade e assimetria sem abordar este discurso particular. O conceito de “emancipação humana” serve como linha de base normativa para este empreendimento. Segundo Ken Booth, significa “a libertação de pessoas (indivíduos e grupos) dos constrangimentos físicos e humanos que os impedem de realizar o que livremente escolheriam fazer” (Booth cit. em Buzan e Hansen, 2010: 206). À luz da globalização, pretende-se envolver três coisas. Primeiro, a autorrealização individual está profundamente relacionada com a coabitação global pacífica e sustentável (Albrow, 2007; Friedman, 2006). Segundo, a emancipação humana pressupõe comunidades (políticas) que evoluíram historicamente e que inovaram, reinventaram ou até substituíram os estados (Booth e McSweeney cit. em Buzan e Hansen, 2010: 206-207). Terceiro, a coexistência de comunidades humanas deve estar enraizada em condições institucionais e estruturais iguais e satisfatórias no mundo (Booth, 1995; Linklater, 1999). Assim, como é que as ordens globais se encaixam na tradição Vestefaliana dos três ramos teóricos das RI em relação à emancipação humana?

Este artigo é, em primeiro lugar, um exercício teórico e faz uma abordagem indutiva ao tópico, começando por descrever as aparências da globalização - ao contrário das dedutivas já realizadas, que projetam quadros teóricos existentes sobre realidades globalizantes. As insuficiências gerais, bem como os contributos do realismo, do liberalismo e do marxismo em relação ao mundo global, são explicados aqui juntamente com cinco pontos epistemológicos concretos de crítica. A tese que agora se apresenta é que a heterogeneidade social e espacial da vida globalizante nos leva necessariamente para além dos pressupostos Vestefalianos nas RI, sem torná-los redundantes. O trabalho inclui elementos de sociologia (Albrow, 2007; Bauman, 1998; Beck, 2013; Castells, 2004; Sassen, 2006; 2011) e de geografia humana (Agnew, 2015; Bialasiewicz, 2011; Strandsbjerg, 2013) em termos de compreensão da globalização.

O texto tem três partes. No início, apresenta-se uma definição e um breve resumo das principais características da globalização com base na literatura académica e em observações próprias. Depois, as características fundamentais Vestefalianas de cada uma das três subdivisões das RI são sumarizadas à luz da globalização. Na terceira parte, sintetizam-se os cinco desafios epistemológicos específicos às três escolas das RI como forma de substanciar discussões futuras sobre o assunto e encorajar novas investigações empíricas.

### **Globalização e as suas características**

De acordo com Ulrich Menzel (2001: 226) e Jan Aart Scholte (2001: 14-15), a globalização equivale a uma agregação de processos multifacetados de aprofundamento, intensificação e ampliação espacial de interconexões transfronteiriças em diferentes esferas da existência humana (política, económica, cultural, ecológica, assuntos militares, etc.) que transformam a função e o significado das fronteiras e domínios do Estado-nação (Alexandrova 2016: 47). Nesta interpretação, a globalização não significa que todas as pessoas no mundo tenham as mesmas experiências simultaneamente (Scholte, 2001: 17). Significa que atualmente muitos eventos ou influências têm lugar de forma desvinculada, ainda que não independentemente de distâncias político-territoriais. Desta forma, as relações internacionais fazem o seu caminho ao encontro de



todos os outros grupos de relações muito mais intensamente do que antes e vice-versa (Stefanov, 2004: 228).

É assim que a situação atual nos permite (re)descobrir de forma prática e conceitual a globalidade inerente (Albrow, 2007: 12-13) da vida local, regional e internacional. Segundo Jeremy Waldron:

*"... organizar a análise em torno dos fenômenos nacionais é dar voz ao mesmo velho mito - que a posição padrão tem sido sociedades independentes seguindo o seu próprio caminho nos seus respectivos territórios ... historicamente a posição padrão tem sido mais ou menos exatamente o contrário: interação intensa, e a existência de tradições, culturas e instituições de interação, entre todas as sociedades sempre que a interação é uma possibilidade. Sociedades que podem interagir, fazem-no (cit. em Rosenau, 2003: 84-85)".*

Colocado nesta perspectiva analítica, os espaços e estruturas dos estados estão hoje a (re)confirmar o seu lugar no clima global, no investimento, na tributação, na migração, na informação, e nos fluxos culturais e políticos - para usar a fraseologia de Manuel Castells (2004). No entanto, os efeitos produzidos para o pensamento Vestefaliano dentro das RI do ponto de vista da emancipação humana não podem ser estipulados unilateralmente. É por isso que uma visão geral das principais características da globalização é necessária.

Estas características podem ser incluídas em quatro áreas principais - *interconectividade, desterritorialização, desnível e ambiguidade*. A interconectividade e a desterritorialização indicam duas grandes tendências. Por um lado, os laços entre as várias sociedades têm-se tornado mais densos, de modo que "toda a política é agora glocal" (Lamy, 2001: 193). Consequentemente, o mundo social mais amplo, incluindo o individual, tornou-se intrinsecamente interconectado com o mundo dos estados. Citando James N. Rosenau:

*"À medida que a densidade do cenário global aumentou..., as estruturas da política mundial passaram por uma profunda e pronunciada bifurcação, na qual um macro-mundo multicêntrico composto por uma ampla variedade de atores não-governamentais, transnacionais e subnacionais ... evoluiu para cooperar, competir ou interagir de alguma forma com um mundo centrado no Estado que consiste em coletividades cada vez mais ativas em cenários locais (2003: 62)".*

Na economia, esse tipo de convergência estatal e não estatal desempenha um papel no processo de conceção ou de oposição a regimes transnacionais para efeitos de operações comerciais, de investimento e financeiras. Na ecologia, surge como reações políticas mistas à disseminação de riscos ambientais e à ocorrência de conhecimento ecológico global. Nos meios sociais, materializa-se através da disseminação transcontinental de informações e reivindicações sociais. No campo da cultura, percepções de identidades



híbridas e/ou cosmopolitismo estão a aparecer, na política, através de elementos de governança global. Correspondentemente, as sociedades nacionais experimentam a circulação das elites globais de mobilidade (Bauman, 1998: 19), bem como os migrantes mal pagos e os refugiados do conflito e do clima.

Por outro lado, observa-se a dispersão de uma pluralidade de problemas numa escala transfronteiriça. Dietrich Thränhardt (2000: 131-132) e Ulrich Beck (2013: 56; 77; 310) atribuem essa tendência, em grande parte, ao carácter do desenvolvimento industrial moderno, a relações políticas e económicas internacionais estabelecidas e a padrões de consumo global. Exemplos disso incluem os corolários decorrentes do armazenamento de armas nucleares, acidentes químicos e biotecnológicos, alterações climáticas, a violação da biodiversidade, o acesso desproporcional das populações mundiais a algumas conquistas industriais, as cadeias globais de valor, o consumo insustentável de energia e o manejo de armas nucleares, resíduos e recursos (água, terras agrícolas, recursos de fabricação) e a poluição de transporte. Uma parte significativa dessas complicações não pode ser reduzida a uma área particular, e nem estas podem ser reabilitadas numa base particularista.

O desnível, por sua vez, significa que o impacto da globalização não pode ser determinado unidimensionalmente para todas as regiões, bem como para os estratos e grupos sociais, ou mesmo indivíduos isolados, no nosso planeta (Bauman, 1998: 103-127; Sassen, 2011: 340-439; Steans, 2008). Respetivamente, o desnível também tem múltiplas expressões. Assim, políticas de tributação opostas (paraísos fiscais) e a corporatização do comércio internacional estão a produzir discrepâncias no desenvolvimento económico global. As relações laborais no mundo, por sua vez, caracterizam-se pela crescente procura de profissionais altamente qualificados, especializados e bem remunerados no contexto da reestruturação transnacional da produção, comércio e bancos (gestores de empresas, especialistas em informática, consultores jurídicos e financeiros, especialistas em seguros e marketing, cientistas nas mesmas áreas de investigação, etc.) e por uma situação precária no setor informal e de serviços pessoais (Taran & Geronimi, 2013). Outras esferas da vida glocal enfrentam disparidades semelhantes devido à corporatização da comunicação social, da transnacionalização das indústrias de fronteiras e de segurança, da ativação das ambições de poder das estruturas terroristas trans-espaciais, da manutenção de redes de educação e informação de elite, etc.

Contra o pano de fundo das três características da globalização já descritas, a ambiguidade das mesmas destaca-se ainda mais. Nesse sentido, a globalização significa coordenação intergovernamental seletiva em questões globais, mas também uma maior cooperação não-governamental transfronteiriça, certos laços económicos e tecnológicos, mas igualmente desestabilizações e divergências sociais emergentes, intercâmbio ou universalização cultural específica, mas também reforço de identidades nacionalistas e subnacionalistas essencialistas, conectividade ecológica, mas tratamento unilateral de recursos naturais por parte de atores estatais e não estatais, livre circulação de capital e de serviços, mas militarização de fronteiras e limiares étnico-culturais e financeiros para a concessão de cidadania. Numa altura em que o *Myspace* regista mais de 110 milhões de utilizadores ativos por mês e o *Facebook* 60 milhões já em 2008 (Siwal, 2008), somos confrontados com a falta de uma comunicação política oficial eficaz para superar a fragmentação e a marginalização globais.



Retomando o tópico do presente artigo, onde se situam as três teorias convencionais das RI nisto tudo a partir da perspectiva crítica da emancipação humana? Por outras palavras, como deve ser avaliada a sua orientação Vestefaliana relativamente aos múltiplos limites, estatais e não estatais, materiais e virtuais de inclusão e exclusão traçados no curso da globalização?

### **Contornos Vestefalianos do realismo, do liberalismo e do marxismo à luz da globalização**

Antes de entrar na sua incompletude geral e relevância em termos de globalização, esboça-se agora os pré-requisitos básicos do realismo, liberalismo e do marxismo Vestefalianos. A teoria do realismo (Dunne & Schmidt, 2001; Grieco, 1997; Kissinger, 1994; Morgenthau, 1993) considera o Estado como o ator principal e o pretendente ao poder legítimo no cenário global. Os Estados são descritos como entidades sociais homogêneas que controlam um território físico impermeável através de meios incisivos que, por sua vez, se articula como base das divisões geopolíticas do mundo. As relações internacionais encontram-se muito reduzidas a uma luta regular pela sobrevivência, poder e acesso a recursos em nome dos, e entre os estados unitários (Caverley, 2013: 147-149).

O liberalismo apoia a ideia de uma interação coordenada de estados no mapa geopolítico global (Cerny, 2013; Dunne, 2001; Mingst, 1999: 90-92). Atribui-se especial importância ao fomento de mecanismos legais e institucionais internacionais para uma cooperação pacífica interestatal, intercâmbio económico e dissuasão do uso da força (Axelrod & Keohane, 1993; Burley, 1993; Ikenberry, 2013). Embora as subdivisões simples do liberalismo, por exemplo, o institucionalismo (neo)liberal (Moravcsik, 1991; Lamy, 2001) prestem atenção a fatores adicionais no cenário mundial, como as empresas transnacionais, ONGs, elites políticas, partidos políticos, sindicatos, grupos de pressão, ideologias, etc., ainda consideram "as relações que são mantidas com a ajuda ou com respeito pela autoridade pública" (Stefanov, 2006: 14) determinantes-chave para a comunicação internacional.

O marxismo interpreta a estrutura da política global como uma estratificação entre estados capitalistas altamente industrializados e obrigados à dependência e países pouco industrializados - como um reflexo das formações socioeconómicas em ambos (Bidet, 2007; Mingst, 1999: 102-104; Hobden & Jones, 2001). Assim, a ordem geopolítica internacional dominante está subordinada à fragmentação da geografia planetária em estados soberanos territorialmente demarcados que competem no mercado mundial (Teschke, 1999: 29; Jessop, 1982).

*"A forma do estado pode ter mudado, e pode ter sido sujeita a um 'esvaziamento tendencial', já que muitas de suas funções e responsabilidades anteriores foram deslocadas para cima, para baixo e para fora, mas o seu caráter distintamente nacional permanece (Hay, 1999: 172)."*



Do ponto de vista crítico da emancipação humana, a globalização levanta sérias questões comuns para a orientação Vestefaliana das três direções teóricas. Paralelamente, os seus fundamentos conceituais não devem ser totalmente ignorados em qualquer debate teórico sobre realidades globalizantes.

Detalhadamente, podemos dizer que a interpretação realista dos desenvolvimentos mundiais deprecia as mudanças multidimensionais, qualitativas e quantitativas, nas e através das sociedades dos últimos 30 a 40 anos. Consequentemente, os seus efeitos assimétricos são ignorados – em termos de homens e mulheres, cidadãos e não cidadãos, acionistas e força laboral, elites políticas e financeiras e populações, com formação avançada e os que não têm educação, os que têm formação em alta tecnologia e os que não a têm, burocratas e não-burocratas, consultores e não-consultores, corretores na bolsa de valores e não-corretores, etc. Devido à crescente glocalidade no mundo, a identificação com o realismo também fortalece a incapacidade prática dos estados de reconsiderar as suas fundações ideológicas reducionistas centradas na nação. Além disso, visto através da perspetiva Vestefaliana, a interconexão e a desterritorialização estão a ser frequentemente articuladas como uma manifestação de “imprevisibilidade”. As noções realistas rígidas de “estado”, “estrangeiro” e “política interna” parecem cada vez mais incomensuráveis com conceitos amplos, tais como “sociedade global”, “justiça global” e “governança global” ou diferenciadas como “elite global”, “segurança humana” e “alter-globalização”.

Ao mesmo tempo, o realismo ajuda-nos a compreender que a globalização não pode ser descodificada se for examinada principalmente através das lentes paradigmáticas de um universalismo ilimitado. Relativamente a este assunto, as relações entre o global, o nacional e o local são importantes. O papel dos estados deve, portanto, ser estudado cuidadosamente – relativamente às suas próprias políticas económicas, financeiras, comerciais, sociais, de segurança e militares, categorização seletiva de populações mundiais, priorização de um tipo de regimes jurídicos (inter)nacionais e ao mesmo tempo abstenção de outros. Nesse sentido, a emancipação humana está intrinsecamente ligada aos estados atuais. O que o realismo parece ignorar é a modificação das estruturas administrativas, políticas, legais e sociais dos estados que influenciaram decisivamente o seu comportamento no cenário global. A globalização foi profundamente projetada devido à coordenação transversal de agências regulatórias únicas dentro das burocracias dos estados com as suas correspondentes governamentais e não-governamentais - instituições financeiras internacionais, grupos de consultoria, bolsas de valores, ONU, etc. (Jayasuriya, 1999: 426); o mesmo se aplica ao significado estrutural de mudar as populações nacionais e os níveis de força destrutiva, estatais e não-estatais, que se reforçam mutuamente.

Os teóricos liberais, por sua vez, trazem para o debate o significado global da disseminação de processos de liberalização de vários tipos em todo o mundo nas últimas décadas, demonstrando a forte tendência para conceptualizar as relações internacionais como sendo intersocietárias (Czempiel, 2003: 7) e não meramente intraestatais. No entanto, a fim de superar a sua propensão pelo pensamento Vestefaliano de “cima para baixo”, seria necessário que o liberalismo desemaranhasse as ligações nos dois sentidos entre tendências transnacionais e os discursos e realidades nacionais de uma forma muito mais aprofundada. Na mesma linha, a formação de atitudes, normas, instituições e políticas nas e entre as sociedades atualmente também precisa de ser esclarecida através das desarmonias estruturais “glocais” existentes. Caso contrário, um



entendimento liberal da globalização continuará a inspirar desconfiança entre indivíduos e comunidades de ambos os lados das fronteiras do Estado.

Outro contributo valioso do liberalismo para o debate sobre a globalização dentro das RI é o seu foco na questão da cooperação. Uma sociedade global de pleno direito que permita a emancipação humana de baixo para cima dificilmente será alcançada sem uma coordenação transnacional e internacional adequada que tenha em consideração os recursos ambientais em vias de extinção, o aumento da população mundial, a fluidez financeira transfronteiriça e o agravamento das injustiças sociais. Isto aplica-se particularmente ao conceito de “governança global”, a reforma ou a abolição de certas instituições internacionais, hierarquias e regras. Aqui, o liberalismo ainda não propôs uma atitude largamente aceite.

A abordagem dialética do marxismo, por outro lado, abre espaço para a investigação analítica da fragmentação capitalista global. Por exemplo, de acordo com alguns autores marxistas, estamos atualmente a assistir a uma “separação do estado do processo de produção” e à “operação internacional de empresas capitalistas com muito maior autonomia do controlo estatal” (Justin Rosenberg cit. em Hobden & Jones, 2001: 218-219). Insuficientemente reconhecidas pelos seguidores dessa tradição intelectual, as assimetrias de natureza não económica permanecem, assim como as suas ramificações entre grupos sociais e indivíduos díspares em estados-nação. A pluralidade de alternativas aos padrões políticos, sociais, culturais, económicos e ecológicos dominantes nos e para além dos estados que ocorreram em diferentes partes do mundo a nível local e transnacional são assim subestimadas. Além disso, a questão fundamental sobre a organização económica da existência humana colocada pela globalização ainda não encontrou a sua resposta final dentro de esta subdivisão teórica - desde que a economia humana esteja enraizada em cadeias complexas de troca há milhares de anos “Precisamos de questionar não se, mas como lidar com a gestão em larga escala de recursos globais de uma forma igualitária, pacífica e sustentável – para além de confiar totalmente em soluções locais; a história humana é uma das grandes cidades que uniram diferentes culturas através do comércio; a civilização humana é uma história de grande concentração de pessoas (Asimakopoulos, 2014: 41).”

### **Pontos epistemológicos para discussão**

Podemos particularmente atribuir as lacunas do realismo, liberalismo e marxismo em relação à emancipação humana num mundo globalizado à forma como gerem cinco pontos-chave epistemológicos: *território, atores, inter-relação entre esfera pública e privada, previsibilidade e interdisciplinaridade*. Revelando a sua inclinação para interpretar estas questões de uma perspetiva Vestefaliana, as três teorias das RI estão a empurrar as realidades sociais em mudança e as hipóteses de desenvolvimento humano para as categorias monolíticas do Estado-nação.

A globalização cria condições para o enfraquecimento do entendimento de “território” de “cima para baixo” como um atributo homogéneo para legitimar o poder do Estado. De fato, novos desafios e possibilidades surgem através e dentro dos estados para o desdobramento do poder humano, onde se incluem: a crescente troca de informações transfronteiriças, a progressiva volatilidade dos fluxos de capital, a corporatização de uma parte significativa do comércio mundial (Varwick, 2000: 142), a emergência de projetos alternativos para o desenvolvimento sustentável, comércio ou trocas à escala





transnacional e local, o aquecimento global, a formação de redes políticas, administrativas e dos *media* transnacionais, a evolução do direito internacional, campanhas organizadas transnacionalmente contra o impedimento do movimento de certas categorias de pessoas, etc.

Apoiando-me em John Agnew (2015), Luiza Bialasiewicz (2011) e Jeppe Strandsbjerg (2013), uma possível saída da "armadilha territorial" Vestefaliana (Agnew, 2015: 43-46) e um eventual caminho para a "geografia da globalidade" pode passar pela substituição da noção de "território" pela palavra "espaço". Estes autores descrevem os espaços como ambientes multidimensionais onde a vida humana está entrelaçada com uma série de influências globais, transnacionais e locais e/ou formas de exercer a soberania do Estado. Os seus parâmetros sociais, económicos, políticos e socioculturais sustentam transformações constantes devido a eventos históricos, hierarquias que se impõem ou desfazem, e ao choque de múltiplos interesses e discursos. Visto sob esta perspetiva, a realização emancipatória da existência humana glocal dependerá cada vez mais da operacionalização complexa de conceitos como "cidadania", "soberania estatal", "segurança", "fronteiras", "geopolítica", "mecanismo de política externa". "governança global/autogovernança", "legitimidade", "comércio global" etc.

Além de evocar conceções circunstanciais do espaço, a globalização reafirma a necessidade de ampliar a definição dos atores e fatores das relações internacionais. Atualmente, instituições como as Nações Unidas, o BM ou o FMI estão a ser consolidadas, juntamente com uma "multiplicação de dinâmicas políticas, atores e hierarquias não formalizadas ou parcialmente formalizadas" (Sassen, 2006: 147). Enquanto isso, "as ONGs, os povos de primeira nação, imigrantes e refugiados, incluindo refugiados do clima, que se tornam sujeitos de adjudicação em decisões de direitos humanos, estão a surgir cada vez mais como sujeitos do direito internacional e atores nas relações internacionais (e nacionais)" (Ibid. 340). As empresas multinacionais orientam programas (inter)governamentais e supranacionais através de grupos de pressão, plataformas como o Fórum Económico Mundial, ou da presença à margem de negociações internacionais. Os assuntos no espaço social e da comunicação social global está a ser visivelmente definido pelas reações do capital financeiro e das agências de notação financeira, como a Standard & Poor's, a Moody's e a Fitch, a resultados eleitorais ou outros assuntos nacionais. Os movimentos sociais transnacionais como o Comércio Justo, a Via Campesina ou o Comité Internacional de Planeamento para a Soberania Alimentar tornaram-se uma forma irrevogável de participação política organizada fora do sistema estatal. Desde o início do século XXI, os fluxos globais de informação, tecnologia, interação social e finanças têm sido igualmente instrumentalizados por grupos terroristas. Em geral, a acumulação de agendas normativas e institucionalizações no cenário mundial prospera em múltiplas sobreposições de dinâmicas locais, nacionais e globais. Este fato faz com que a questão da "accountability democrática, legitimidade e subsidiariedade" (Held & McGrew, 2008: 10) seja ainda mais importante.

O realismo, o liberalismo e o marxismo deparam-se com um dilema semelhante no contexto das reconfigurações em curso entre componentes públicos e privados na vida glocal - especialmente em, mas não limitado a, na economia e nas finanças. Nos últimos 35 a 40 anos, a política internacional tem-se realizado sob condições de emagrecimento dos elementos públicos e expansão dos privados entre e dentro dos estados. As redes de produção empresarial, de comércio, banca e seguros, de bolsas e centros de serviços técnicos e jurídicos, de tráfico de drogas, armas e pessoas, de imagens dos media global



e outras dependem de uma fusão de prerrogativas públicas e de interesses privados e regimes regulatórios (Sassen, 2006: 184-203).

O aparecimento da "cidade global" (Sassen, 2011) como um nó espacial distinto com uma gama de capacidades de comando públicas e privadas para a (des)integração económica global constitui outro exemplo. Uma variedade de atores privados marca presença eminente no atual cenário de segurança – *think tanks* (laboratórios de ideias), mercenários, empresas de logística e empresas privadas como Blackwater, Kellogg, Brown&Root, Eyrinus e DynCorp contratam os seus militares em diferentes países. Rita Abrahamsen e Michael C. Williams resumem esse desenvolvimento da seguinte maneira:

*"Tem seguramente havido uma crescente fragmentação da área da segurança, na medida em que uma multiplicidade de diferentes atores - públicos e privados, globais e locais - estão envolvidos no fornecimento de segurança. Mas, em vez de uma erosão do poder do Estado, o resultado é o aparecimento de novas redes de segurança nas quais a autoridade do Estado e dos atores privados se rearticula através de novas tecnologias de governança, coerção e controlo. Isto tem inúmeras implicações políticas, em termos da forma como a segurança é fornecida, para quem e por quem, e também teoricamente da forma como pensamos sobre o estado e a segurança global" (2005: 5).*

Igualmente, uma quantidade crescente de trabalho de desenvolvimento tem sido conduzido através do envolvimento empresarial desde os anos 80.

Outro problema epistemológico das três principais subdivisões de RI em relação à deteção de oportunidades de realização humana nos tempos globais é a sua visão da questão da previsibilidade. De um modo geral, cada uma delas limita a previsibilidade a uma certa configuração de (inter)dependência entre os estados. O realismo fixa a interdependência na estrutura anárquica dos assuntos mundiais. Acredita-se que a anarquia que, por definição, insta os Estados a confiar na sua autoajuda, conduz a uma procura de não-alinhamento e de fortalecimento dos próprios meios de sobrevivência e controlo. O liberalismo encara a interdependência como algo que emana dos interesses comuns dos estados, da produção capitalista em expansão, da cristalização das normas globais e da cultura legal, da liberalização do comércio, e da ecologia. Aqui os estados são vistos como atores que podem trabalhar juntos. O marxismo enfatiza o significado da dependência entre os poderosos estados capitalistas no centro e os dominados na periferia e semiperiferia. Dentro das restrições do sistema capitalista, os estados na periferia e semiperiferia devem esforçar-se para se aproximarem dos padrões de produção e de mercado do centro.

No entanto, essas abordagens à previsibilidade negligenciam as (in)congruências, o que possivelmente ofusca o estabelecimento de uma sociedade global emancipadora incluída para além e abaixo da política do Estado. Isso muitas vezes resulta na incapacidade de capturar criticamente a conduta ambígua dos governos em relação aos desafios globais



- o endurecimento do seu reflexo nacional em relação a algumas esferas da política e dos grupos sociais e a propensão a adaptarem-se noutros casos.

Hoje em dia, muito do ativismo político é gerado além da participação eleitoral, tanto à esquerda quanto à direita (por exemplo, comités de ação dos cidadãos, grupos de pressão, movimentos sociais globais, patrulhas de vigilância de vizinhos etc.) (Eisenstadt, 2012). Igualmente, o crescente desnível global não pode ser medido exclusivamente por categorias económicas clássicas, como o PNB ou o PIB. Por exemplo, enquanto 134 bilhões de dólares fluem para a África por ano, predominantemente sob a forma de empréstimos, investimento estrangeiro e ajuda, 192 bilhões saem - em lucros ganhos por empresas estrangeiras, evasão fiscal e custos de adaptação às mudanças climáticas (Jubilee, 2014: 1). No Nepal e na Libéria, para dar outro exemplo, as remessas da diáspora representam mais de 30% do seu PIB atual (DAAD-Alumniportal, 2017).

A fim de abordar as questões do território/espaco, atores, correlação de elementos públicos e privados no cenário global e previsibilidade de uma maneira crítica, os métodos de investigação interdisciplinar devem ser reafirmados ainda mais no campo das RI. Os resultados da investigação em disciplinas como a antropologia, a economia política, sociologia, geografia, estudos sobre o desenvolvimento e estudos regionais podem fornecer um contributo valioso para a descrição multicamada do lugar da globalização na vida (inter)nacional a partir da perspectiva do bem-estar individual e coletivo e da igualdade.

## **Conclusão**

Em conclusão, uma análise crítica das transformações económicas, sociais, culturais, políticas e ecológicas globais em RI a partir do ponto de emancipação humana pressupõe, de uma forma ou de outra, romper com os "padrões" Vestefalianos descontextualizados do realismo, do liberalismo e do marxismo. Como acima demonstrado, esse debate sobre a globalização, incluindo os contributos importantes dessas três escolas de pensamento, não pode e não deve restringir-se a questões conceptualizadas explicitamente sob a égide da "democracia nacional", da "segurança nacional" ou do "bem-estar nacional". Em vez disso, deve ser urgentemente envolvido nas diferentes manifestações espaciais, e nos instrumentos estatais e não estatais, públicos e privados para a proliferação da interconexão transnacional e da "imprevisibilidade". A globalização e as suas fragmentações não devem ser investigadas como algo que está fora dos aparelhos estatais e da vida nacional. A formação prática de comunidades emancipatórias igualitárias num mundo globalizado dependerá, portanto, de modificações dentro, entre e através das estruturas dos estados.

Contra este pano de fundo, será necessário que as chamadas teorias reflexivistas e construtivistas que entraram nas RI nas décadas de 1980 e 1990 tenham um lugar mais sólido na disciplina. Devido à sua propensão para examinar a realidade social mais ampla de uma forma refinada, o construtivismo social, o feminismo, a teoria crítica, a sociologia histórica, a teoria normativa e o pós-modernismo parecem estar mais bem posicionados para reconstruir a globalização com as suas quatro características descritas neste artigo.

Aqui, a busca permanente de configurações sociais em mudança, além e dentro dos estados, aproximar-nos-á de uma reconstrução complexa de hierarquias e dinâmicas locais, bem como das condições éticas e estruturais para a realização de uma sociedade



global emancipatória. Com base nisso, podem procurar-se eventuais sinergias produtivas com as três teorias convencionais das RI. Para construir essas pontes, serão necessárias investigações ainda mais empíricas assentes em metodologias interdisciplinares.

## Referências bibliográficas

- Abrahamsen, R., & Williams, M. C. (2005). "The Globalization of Private Security". Chatham House ISP/NSC Briefing Paper 05/02., 5-7.
- Acuto, M., & Curtis, S. (2014). *Reassembling International Theory: Assemblage Thinking and International Relations*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Agnew, J. (2015). "Revisiting the Territorial Trap". *Nordia Geographical Publications*, 44 (4), 43-48.
- Albrow, M. (2007). *Das globale Zeitalter*. Fr/M: Suhrkamp.
- Aleksandrova, B. (2016). *Globalization and International Relations*. Sófia: Sofia University Press.
- Asimakopoulou, J. (2014). *Social Structures of Direct Democracy: On the Political Economy of Equality*. Leiden: Koninklijke Brill nv.
- Axelrod, R. & Keohane, R. O. (1993). "Achieving Cooperation under Anarchy: Strategies and Institutions", in David A. Baldwin (ed.) *Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate*. NY: Colombia Univ. Press
- Bauman, Z. (1998). *Globalization: The Human Consequences*. Cambridge, RU: Polity.
- Beck, U. (2013). *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*. [Tradução búlgara]. Sófia: K&H.
- Bialasiewicz, L. (2011). "Introduction: Europe in the World?", in Luiza Bialasiewicz (ed.) *Europe in the World: EU Geopolitics and the Making of European Space*. Farnham: Ashgate.
- Bidet, J. (2007). "A Key to the Critical Companion to Contemporary Marxism", in Jacques Bidet & Stathis Kouvelakis (eds.) *Critical Companion to Contemporary Marxism*. Brill Online Books.
- Bigo, D. (2006). "Globalized (in)Security: the Field and the Ban-optikon". Conference paper [14.08.2017]. Disponível em [http://www.people.fas.harvard.edu/~ces/conferences/muslims/muslim\\_papers.html](http://www.people.fas.harvard.edu/~ces/conferences/muslims/muslim_papers.html).
- Booth, K. (1995). *Cosmopolitan Democracy: An Agenda for A New World Order*, by Daniele Archibugi & David Held. Avaliado em: *The Political Quarterly*, 66 (4), 345-348.
- Burley, A-M. S. (1993). "International Law and International Relations Theory: a Dual Agenda". *American Journal of International Law*, 87 (2), 205-239.
- Buzan, B., & Hansen, L. (2010). *The Evolution of International Security Studies*. NY: Cambridge Univ. Press.
- Castells, M. (2004). *The Rise of the Network Society. The Information Age: Economy, Society and Culture*. vol. 1. Tradução búlgara. Sófia: LIK.



- Caverley, J. D. (2013). "Neoconservatism, Neoclassical Realism, and the Narcissism of Small Differences", in Rebekka Friedman, Kevork Oskanian and Ramon Pacheco Pardo (eds.) *After Liberalism? The Future of Liberalism in International Relations*, 189-215. Basingstoke: Palgrave Macmillan,
- Cerny, P. G. (2013). "The Paradox of Liberalism in a Globalising World", em Rebekka Friedman, Kevork Oskanian e Ramon Pacheco Pardo (eds.) *After Liberalism? The Future of Liberalism in International Relations*, 145-166. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Cohen, R., & Rai, S. M. (2000). "Global Social Movements: Towards a Cosmopolitan Politics", em Robin Cohen e Shirin M. Rai (eds.) *Global Social Movements*, 1-17. Londres: The Athlone Press.
- Czempiel, E-O. (2003). *Weltpolitik im Umbruch*. München: Beck.
- DAAD-Alumniportal. (2017). "Infographics: Remittances – When migrants send money home". [18.08.2017] Disponível em <https://www.alumniportal-deutschland.org/en/global-goals/sdg-10-inequalities/infographics-remittances-money-transfers/>.
- Dunne, T. (2001). "Liberalism", in John Baylis and Steve Smith (eds.) *The Globalization of World Politics. An Introduction to International Relations*, 162-181. Oxford: Oxford Univ. Press.
- Dunne, T., & Schmidt, B. C. (2001). "Realism", em John Baylis e Steve Smith (eds.) *The Globalization of World Politics. An Introduction to International Relations*, 141-161. Oxford: Oxford Univ. Press.
- Eisenstadt, S. (2012). "The Contemporary Globalization, Hegemonies and Transformations of the National States." *The Culture Magazine*, 23 (2685), 10-11.
- Etzioni, A. (2002). "Can there be a Global Society?" *Perspectives* 25(1), 1, 2, 6. [18.08.2017] Disponível em <http://www.csun.edu/~egodard/asatheory/newsletters/Perspectives-2002-Jan.pdf>.
- Friedman, T. (2006). *The World Is Flat: A Brief History of the Twenty-first Century*. Tradução búlgara. Sófia: Obsidian.
- Friedman, R., Oskanian, K., & Pardo, R. P. (2013). "Introduction", em Rebekka Friedman, Kevork Oskanian e Ramon Pacheco Pardo (eds.) *After Liberalism? The Future of Liberalism in International Relations*, 1-14. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Grieco, J. (1997). "Realist International Theory and the Study of World Politics", in Michael W. Doyle and G. John Ikenberry (eds.) *New Thinking in International Relations Theory*, 163-201. Boulder, Co: Westview Press.
- Hardt, M., & Negri, A. (2000). *Empire*. Cambridge, Massachusetts: Harvard Univ. Press.
- Hay, C. (1999). "Marxism and the State", em Andrew Gamble, David Marsh e Tony Tant (eds.) *Marxism and Social Science*, 152-174. Urbana and Chicago: Univ. of Illinois Press.
- Held, D. (2004). *Democracy and the Global Order: From the Modern State to Cosmopolitan Governance*. Tradução búlgara. Sófia: K&H.
- Held, D., McGrew, A., Goldblatt, D., & Perraton, J. (1999) *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*. Stanford: Stanford Univ. Press.



- Held, D., & McGrew, A. (2008). "Introduction", in David Held and Anthony McGrew (eds.) *Governing Globalization: Power, Authority and Global Governance*, 1-21. Cambridge, UK: Polity.
- Hobden, S., & Jones, R. W. (2001). "Marxist Theories of International Relations", in John Baylis and Steve Smith (eds.) *The Globalization of World Politics. An Introduction to International Relations*, 200-223. Oxford: Oxford Univ. Press.
- Ikenberry, J. G. (2013). "The Liberal International Order and Its Discontents", em Rebekka Friedman, Kevork Oskanian e Ramon Pacheco Pardo (eds.) *After Liberalism? The Future of Liberalism in International Relations*, 91-102. Basingstoke: Palgrave Macmillan,
- Jayasuriya, K. (1999). "Globalization, Law, and the Transformation of Sovereignty: The Emergence of Global Regulatory Governance". *Indiana Journal of Global Legal Studies*, 6 (2), 425-455.
- Jessop, B. (1982). *The Capitalist State: Marxist Theories and Methods*. Oxford: Martin Robertson.
- Jubilee Debt Campaign. (2014). "Honest Accounts? The True Story of Africa's Billion Dollar Losses". Briefing. [18.08.2017]. Disponível em [http://jubileedebt.org.uk/wp-content/uploads/2014/07/Honest-accounts\\_Briefing.pdf](http://jubileedebt.org.uk/wp-content/uploads/2014/07/Honest-accounts_Briefing.pdf)
- Kissinger, H. (1994). *Diplomacy*. NY: Simon&Schuster
- Lamy, S. L. (2001). "Contemporary Mainstream Approaches: Neo-Realism and Neo-Liberalism", in John Baylis e Steve Smith (eds.) *The Globalization of World Politics. An Introduction to International Relations*, 182-199. Oxford: Oxford Univ. Press.
- Linklater, A. (1999). "The Evolving Spheres of International Justice". *International Affairs*, 75 (3): 473-482.
- Menzel, U. (2001). *Zwischen Idealismus und Realismus: Die Lehre von den Internationalen Beziehungen*. 5. ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Mingst, K. (1999). *Essentials of International Relations*. NY: W. W. Norton&Co.
- Moravcsik, A. (1991). "Negotiating the Single European Act: National Interests and Conventional Statecraft in the European Community". *International Organization*, 45 (1), 19-56.
- Morgenthau, H. J. (1993). *Politics Among Nations. The Struggle for Power and Peace*. Brief and Revised Ed. by Kenneth W. Thompson. Caledonia: McGraw-Hill.
- Roach, S. C. (Ed.) (2008). *Critical Theory and International Relations: a Reader*. NY and Abingdon: Routledge.
- Rosenau, J. N. (2003). *Distant Proximities: Dynamics beyond Globalization*. Princeton&Oxford: Princeton Univ. Press.
- Sassen, S. (2006). *Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages*. Princeton&Oxford: Princeton Univ. Press.
- Sassen, S. (2011). *The Global City: New York, London, Tokyo*. Tradução búlgara. Sófia: K&H.



Scholte, J. (2001). "The Globalization of World Politics", in John Baylis e Steve Smith (eds.) *The Globalization of World Politics. An Introduction to International Relations*, 1-32. Oxford: Oxford Univ. Press.

Siwal. (2008). "Facebook, Myspace Statistics". *TechRadar Blog*, [17.07.2017]. Disponível em <http://techradar1.wordpress.com/2008/01/11/facebookmyspace-statistics>.

Shaw, M. (2000). *Global Society and International Relations* (edição em linha). <http://users.sussex.ac.uk/~hafa3/global.htm>.

Steans, J. (2008). "Global Governance: a Feminist Perspective", em David Held e Anthony McGrew (eds.) *Governing Globalization: Power, Authority and Global Governance*, 87-108. Cambridge, RU: Polity.

Stefanov, G. (2004). *Theory of International Relations*. Sófia: Ciela.

Strandsbjerg, J. (2013). "[Cartography and Territory in International Relations](http://www.e-ir.info/2013/10/02/cartography-and-territory-in-international-relations/)". [18.08.2017] Disponível em <http://www.e-ir.info/2013/10/02/cartography-and-territory-in-international-relations/>.

Taran, P. A., & Geronimi. E. (2013). "Globalization, Labour and Migration: Protection is Paramount". Paper issued for ILO. [18.08.2017]. Disponível em [http://www.ilo.org/global/topics/labour-migration/publications/WCMS\\_232365/lang-en/index.htm](http://www.ilo.org/global/topics/labour-migration/publications/WCMS_232365/lang-en/index.htm).

Teschke, B. (2003). *The Myth of 1648. Class, Geopolitics, and the Making of Modern International Relations*. Londres e NI: Verso.

Thränhardt, D. (2000). "Globale Probleme und Weltöffentlichkeit", em Wichard Woyke (ed.) *Handwörterbuch Internationale Politik*. 8ª ed., 131-136. Opladen: Leske+Budrich

Varwick, J. (2000). "Globalisierung", em Wichard Woyke (ed.) *Handwörterbuch Internationale Politik*. 8ª ed., 136-147. Opladen: Leske+Budrich